



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

***OCCASIONAL PAPER N.º 12***

**O Regresso do Japão:  
O mundo *Trans-Pacífico* eclipsa o mundo *Trans-Atlântico*?**

*Henrique Raposo, Instituto de Defesa Nacional*

Os europeus, entretidos com as suas *constitucionalidades* internas e com as críticas costumeiras à política *imperial* e/ou *unilateral* dos EUA, não têm prestado a devida atenção a questões que marcam (e marcarão) o futuro da geo-política mundial (Mundial, e não apenas Atlântica). Um exemplo: o regresso do Japão à condição de Estado soberano *tout court*; uma das grandes alterações no sistema internacional de Estados desde 1989. Aliás, uma das grandes mudanças históricas desde 1945.

Tóquio prepara-se para alterar o Artigo IX da sua Constituição *pacifista*. Desde 1945, o Japão não tem sido um Estado soberano de pleno direito. O artigo IX não lhe permite declarar guerra; não lhe permite gastar mais do que 1% do PIB nas “forças de defesa”. A segurança japonesa é uma dependência dos EUA. Tóquio não é um aliado, no sentido clássico, mas um protectorado de Washington. Mas, passados 60 anos, a sociedade japonesa está a repensar esta situação. Como salientou George Will (*Newsweek*), verifica-se a reemergência do patriotismo japonês baseada no sentimento de que o Japão deve ter uma responsabilidade político-estratégica consentânea com o seu poderio económico. Depois, além desta questão interna (redescoberta do orgulho patriota), há que considerar as questões externas. Se o dilema de segurança europeu foi resolvido em 1945, o dilema asiático ainda perdura. Mais: na Ásia, ao invés do que sucedeu na Europa, o fim da Guerra-Fria não originou uma pausa estratégica. O Japão é vizinho da instável (e nuclear) Coreia do Norte e da emergente China.

Existe uma crescente ligação económica entre Japão e China. Tornaram-se parceiros económicos indispensáveis. O dogma liberal, ao estilo de Thomas Friedman ou Norman Angell,

veria aqui um motivo para optimismo; a economia liberal trataria de criar, mecanicamente, a paz entre Tóquio e Japão. Mas há que evitar esta atitude analítica. Em 1914, Berlim e Londres eram grandes parceiros económicos. Todavia, entraram em guerra. *Relação económica* não significa *Ordem política*. Apesar da crescente ligação económica, as relações político-estratégicas entre China e Japão são cada vez mais tensas.

A memória é um assunto que continua a assombrar a relação entre Tóquio e Pequim. Se a Europa já resolveu o seu passado (unificação alemã; livros escolares idênticos na França e Alemanha), a memória asiática continua por sarar. Para a China, a II Guerra Mundial significa “Guerra de Resistência Contra o Japão”. E este conflito, convém lembrar, durou mais do dobro do que o conflito entre EUA e Japão. Há uma constante atenção mediática em relação às atrocidades japonesas dos anos 30 e 40. O espírito nacionalista encontra-se no currículo escolar chinês e, ao mesmo tempo, Pequim critica os manuais escolares japoneses (encarados como factores de desresponsabilização histórica do Japão). Do outro lado, Junichiro Koizumi visitou cinco vezes, em quatro anos, o “Altar Yasukuni”, memorial em honra dos soldados japoneses mortos em combate; ali encontram-se sepultados 14 criminosos de guerra japoneses da II Guerra. Nos últimos vinte anos, apenas dois primeiros-ministros visitaram o Altar. E apenas uma vez cada. As idas constantes de Koizumi ao Altar provocam, a todo o momento, manifestações de rua gigantescas na China.

Mas este folclore *memorialístico* esconde o essencial: o adensar do velho jogo geopolítico. O orçamento militar chinês cresceu na casa dos dois dígitos nos últimos 17 anos. Facto nada despiciendo e que dá origem a situações ignoradas nos media europeus: aviões chineses de vigilância sobrevoam áreas que são alvo da disputada territorial entre os dois países. Um submarino nuclear chinês entrou em águas territoriais japonesas (Novembro de 2004). Há ainda a disputa das reservas de gás e petróleo no Mar da China Oriental.

Sobre a Coreia do Norte, pouco há a dizer: quando um *rogue state* faz, em 2006, ensaios nucleares a poucas milhas da sua costa, pode a democracia japonesa permanecer com uma constituição herdada de 1945?

Em suma, por uma questão de orgulho nacional (face interior do Estado) e por uma questão de necessidade estratégica (face exterior do Estado), o Japão prepara-se para alterar o artigo IX.

### **Deixar de ser o “banco”**

Tóquio, a par de Riade, foi o *banco* da intervenção da coligação internacional no Iraque (1991). Os japoneses, desde então, começaram a contestar este papel exclusivamente financeiro da sua política externa. A revisão constitucional é, portanto, uma ideia que vem ganhando forma desde o início dos anos 90. Durante a última década do século XX, Tóquio fez várias alterações legais no sentido de começar a encarar e a agir sobre o seu exterior. Com Koizumi no Poder (entre 2001 a Outubro de 2006), essa evolução sofreu uma aceleração. Em 2001, o parlamento japonês aprovou uma lei, que, no contexto japonês, é revolucionária: Tóquio passou a ter permissão legal

para colocar tropas no exterior em auxílio directo dos EUA (Destroyers Aegis e navios de abastecimento foram colocados no Índico no apoio às operações no Afeganistão; *peace keepers* foram enviadas para o Iraque). Em 2005, a *National Defense Program Outline* fez uma revolucionária ruptura com o passado ao identificar, explicitamente, a China e a Coreia do Norte como assuntos de segurança. E Koizumi, nos entretantos, começou a preparar o país para a revisão constitucional. No apoio a este redireccionamento legal e estratégico, Tóquio soube criar um poder militar considerável. A actual constituição apenas permite que 1% do PIB seja utilizado nas “força de auto-defesa”. Mas o PIB japonês ronda os 4 triliões de dólares. Portanto, um 1% desta maquia já permite ao Japão gastar mais do que, por exemplo, a Alemanha ou a Grã-Bretanha. A “força de auto-defesa” possui 252 mil homens e detém material do mais alto nível tecnológico. Segundo Christopher Griffin (*AEI*), o poder militar japonês é o quarto melhor ao nível do financiamento.

O novo PM japonês, Shinzo Abe, prepara-se para completar a política iniciada por Koizumi. Abe afirma que a constituição japonesa não se adequa ao contexto internacional de hoje (ex: a actual constituição japonesa não permitiria que Tóquio utilizasse o seu poder militar para destruir um míssil norte coreano a caminho dos EUA). O perfil deste jovem político é ainda mais revisionista do que o de Koizumi. Com 52 anos, representa uma mudança geracional: no pós-guerra, é o primeiro PM que nasceu depois de 1945. Num discurso proferido na Brookings Institution, Abe revelou a sua visão estratégica: honrar, sem ambiguidades, a aliança com Washington, mas sem submissão. Abe não aceita o status quo histórico da aliança, no qual o Japão é um protectorado e não um aliado. A aliança, tal como existe, não é uma “relação de iguais”, diz o PM japonês. Em 1960, o Japão recuperou a sua independência quando o tratado de segurança EUA-Japão foi revisto. “Porém”, prossegue Abe, “não é com certeza um exagero dizer que hoje o Japão enfrenta um ponto de viragem ainda maior”. Ou seja, em 1960, o Japão recuperou a *independência*; hoje, pretende a *soberania* total. O povo japonês deseja que Tóquio “estabeleça uma nova constituição que seja inteiramente da responsabilidade” japonesa. Isso “marcará verdadeiramente a consumação da independência japonesa”. É o fim definitivo da Guerra-Fria.

Abe já deu sinais concretos que indiciam a sua posição revisionista e a mais que certa alteração constitucional: nomeou Taro Aso (conhecido por criticar publicamente a China) como Ministro dos Negócios Estrangeiros; para a “Agência para a Defesa”, Abe nomeou Fumio Kyuma, um homem que defende a evolução da “Agência” para a condição de Ministério da Defesa. Yuriko Koibe é o conselheiro de segurança nacional (cargo recentemente criado).

A posição revisionista de Abe tem sido recebida de forma crítica no Ocidente. Steven Vogel (Brookings), por exemplo, proclama três coisas: (a) Koizumi foi responsável pela deterioração das relações entre China e Japão; (b) Abe tem a oportunidade de reparar isso, mas, (c) devido ao seu *populismo* e *nacionalismo*, tal deverá ser quase impossível. Vogel comete três erros; erros habituais na análise eurocêntrica: (1) Vogel não entende que a tensão entre a emergente China e o *regressado* Japão é inevitável. E esta tensão não é originada pelas visitas de Koizumi ao Altar Yasukuni (como é indiciado por Vogel). O Altar é apenas folclore que esconde o essencial: mudanças geopolíticas de fundo que provocariam sempre tensão; com ou sem Altar. (2) As

críticas sobre o suposto *nacionalismo* de Abe reflectem o desconforto de sectores ocidentais com a ideia de *Soberania*. Um quadro multilateral *européu* (de partilha de Soberania) na Ásia é uma impossibilidade. Pensar o contrário é incorrer num eurocentrismo cego em relação às especificidades asiáticas. Abe não é nacionalista militarista. Abe quer apenas recuperar a Soberania do seu país, passados 60 anos de *retiro*, pois pretende adaptar o Japão uma nova conjuntura asiática. (3) É um erro pensar-se que a política externa do Japão deve ser dominada pelo desejo de apaziguar a China.

A relação Tóquio – Pequim é tão importante como a relação do Japão com as restantes democracias asiáticas. Gary Schmitt e Dan Blumenthal (*AET*) afirmam algo de muito importante a este respeito: Abe tem como objectivo “uma maior cooperação com Austrália, Japão, Índia e EUA, as quatro grandes democracias da região Ásia–Pacífico”. Tóquio sabe uma coisa: o regresso do *Poder* japonês só será tolerado por Nova Deli, Washington e Camberra, caso o Japão reafirme a sua *Identidade* democrática e caso actue em aliança próxima com outras democracias.

### **A Aliança Transpacífica**

Naturalmente, o regresso do Japão altera, de imediato, as percepções estratégicas dos seus vizinhos asiáticos. E aumenta a suspeição entre Tóquio e Pequim. Existirá sempre tensão geopolítica entre os dois gigantes. Não há milagres na diplomacia. Esta tensão não pode ser anulada por completo. Porém, pode ser minimizada. Ou seja, a Anarquia é um dado inevitável no sistema, mas a política dos Estados pode reduzir o grau de intensidade dessa Anarquia. Há Anarquias toleráveis. Neste ponto, para que a Anarquia na Ásia seja suportável, para que o jogo político não descaem na desordem, a presença dos EUA é essencial. A alianças entre EUA e Japão permite que Tóquio não se sinta ameaçado pela crescente emergência chinesa. Para o Japão, o fim da aliança significaria um vácuo de segurança. E esse vácuo sugaria, de igual modo, a estabilidade (precária) do Extremo Oriente. Sem a aliança transpacífica, a Ásia de hoje assemelhar-se-ia à velha Europa oitocentista. É caso para dizer que esta aliança transpacífica é tão importante como a aliança transatlântica. E isto leva-nos a um elemento essencial para uma compreensão mundial (e não apenas atlântica) do sistema internacional: se é certo que o início do século XXI trouxe consigo a crise transatlântica mais grave de sempre, também é mais do que seguro afirmar que o início do século XXI tem sido sinónimo de reforço das relações entre Washington e as grandes democracias da Ásia-Pacífico: Austrália, Índia e, claro, Japão. Washington prepara-se para aceitar a reemergência do Japão enquanto grande potência política e militar. Para os EUA, a coordenação política entre Washington e Tóquio é a melhor forma de garantir, durante o máximo de tempo possível, uma China “a emergir enquanto membro responsável da comunidade internacional” (James J. Przystup).

No ano passado, Condoleezza Rice e D. Rumsfeld, a par de Machimura (MNE) e Ohno (MD), assinaram um documento intitulado *US-Japan Alliance: Transformation and Realignment for the Future*. Pode ler-se: “A Aliança EUA- Japão ... é o pilar indispensável da segurança do Japão

e da paz e estabilidade da região Ásia-Pacífico”. E esta aliança “deve evoluir para algo condizente” com a nova realidade internacional. C. Rice e D. Rumsfeld estão a implementar algo que é previsto e sugerido há anos por especialistas americanos. Em 2000, num artigo na *Foreign Affairs*, Robert Zoellick (até há pouco tempo, o n.º2 de Condoleezza Rice) afirmava o seguinte: “O Japão deve evoluir gradualmente a fim de assumir maior responsabilidade na segurança do Extremo Oriente, em aliança com a América e seus aliados”. Também em 2000, um grupo de especialistas americanos (entre eles, Joseph Nye, Richard Armitage, Kurt Campbell) lançou um documento (*The United States and Japan: Advancing Toward a Mature Partnership*) que recomendava uma nova direcção estratégica à aliança essencial da Ásia. Uma aliança madura, emancipada do arranjo da Guerra-Fria (fim do protectorado; edificar uma aliança entre *iguais*), é, diziam, essencial para Washington. Por duas razões: (1) a Ásia é essencial para a prosperidade americana; (2) ao invés da Europa, a Ásia pode ainda vir a conhecer guerra entre grandes poderes. E, por último, os autores lançam uma ideia que é essencial na crítica ao eurocentrismo estratégico: os efeitos da transformação japonesa “ainda não foram compreendidos”. Tal como as potências europeias oitocentistas desprezaram a ascensão japonesa (Era Meiji), também hoje se ignora uma transição “cujos efeitos, apesar de não serem imediatamente aparentes, não serão menos profundos”. Estávamos em 2000. Nada mudou. O Japão continua fora das cogitações dos intelectuais ocidentais, sobretudo dos europeus.

### **Século Transpacífico**

No mapa geopolítico, um Japão normalizado representa uma revolução estratégica. Silenciosa, mas uma revolução. E é mais um dado (a juntar à ascensão da China e da Índia) que ajuda a desviar o centro de gravidade do sistema internacional do Atlântico para o Pacífico. As potências asiáticas marcarão o futuro da política mundial. Para alguns analistas japoneses, a questão é muito simples: “a aliança entre Japão e EUA representa a relação de segurança bilateral mais importante para ambos os governos” (Yukio Okamoto). Ou seja, os japoneses consideram que o laço transpacífico é mais importante do que o laço transatlântico. Isto pode chocar o ouvido europeu (melhor: eurocêntrico). Mas não choca quem estuda aquilo que se passa lá fora, na História, essa coisa que os europeus deixaram há muito.

A história não parou. Não fez essa cortesia aos europeus. O sistema de estados, um quase-exclusivo europeu até 1945, tornou-se global. Chile, Brasil, África do Sul, Israel, Índia, China, Turquia, Indonésia, Japão, Austrália, etc. Eis uma pluralidade de Estados (de diferentes culturas, com diferentes sistemas políticos) que marca a dimensão mundial do sistema internacional. O que antes era um apertado frasco cheio de escorpiões (sistema de estados europeu) é agora um espaço mundial. Mais: a sociedade de democracias é também global. Isto é, a democracia liberal já não é um exclusivo do Atlântico Norte. Índia, Brasil, Japão: democracias tão democráticas como as democracias europeias.

Em suma, quer em termos de Poder estrutural, quer em termos de Identidade democrática, o mundo desvia-se cada vez mais para a Ásia. O Japão é um exemplo paradigmático: é um grande *Poder* e, simultaneamente, possui uma *Identidade* democrática. O regresso deste Grande Poder Asiático e Democrático é um dos factores que indica o seguinte: caminhamos, a galope, para um mundo pós-europeu, no qual o Atlântico perde influência para o Pacífico. Os europeus precisam de, pelo menos, olhar com humildade para este novo mundo. *Humildade* essa virtude que “alguns ocidentais não parecem compreender na totalidade” (Ban Ki-moon).

*11 de Outubro de 2006*